

DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

www.alesc.sc.gov.br/diario-da-assembly

ANO LXXV

FLORIANÓPOLIS, 6 DE JULHO DE 2026

NÚMERO 9.075

MESA

Julio Garcia
PRESIDENTE

Fernando Krelling
1º VICE-PRESIDENTE

Padre Pedro Baldissera
2º VICE-PRESIDENTE

Ana Campagnolo
1ª SECRETÁRIA

Jair Miotto
2º SECRETÁRIO

Lucas Neves
3º SECRETÁRIO

Oscar Gutz
4º SECRETÁRIO

BLOCO PARLAMENTAR UNIÃO POR SANTA CATARINA UB/PSD/PRD

Líder: Napoleão Bernardes
UB PSD
Dr. Vicente Caropreso Napoleão Bernardes
PRD

BLOCO PARLAMENTAR SOCIAL DEMOCRÁTICO MDB/PSDB

Líder: Antídio Lunelli
MDB PSDB
Volnei Weber Marcos Vieira

BLOCO PARLAMENTAR PODEMOS/NOVO/REPUBLICANOS

Líder: Rodrigo Fachini
PODEMOS NOVO
Rodrigo Fachini Matheus Cadorin
REPUBLICANOS
Sergio Motta

BLOCO PARLAMENTAR DEMOCRACIA, INCLUSÃO SOCIAL E IGUALDADE PT/PSOL

Líder: Fabiano da Luz
PT PSOL
Fabiano da Luz Marquito

PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA PDT

Líder: Rodrigo Minotto

PARTIDO LIBERAL PL

Líder: Marcius Machado

PARTIDO PROGRESSISTA PP

Líder: José Milton Scheffer

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Pepê Collaço - Presidente
Rodrigo Minotto - Vice-Presidente
Alex Brasil
Fabiano da Luz
Maurício Peixer
Matheus Cadorin
Mauro De Nadal
Napoleão Bernardes
Volnei Weber

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Paulinha - Presidente
Napoleão Bernardes - Vice-Presidente
Carlos Humberto
Fabiano da Luz
Marcos Vieira
Pepê Collaço
Sargento Lima
Sérgio Guimarães
Tiago Zilli

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Marcos Vieira - Presidente
Luciane Carminatti - Vice-Presidente
Antídio Lunelli
Camilo Martins
Marcos da Rosa
Jessé Lopes
José Milton Scheffer
Mário Motta
Sargento Lima

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Ivan Naatz - Presidente
Paulinha - Vice-Presidente
Dr. Vicente Caropreso
Luciane Carminatti
Mário Motta
Maurício Peixer
Rodrigo Minotto
Sérgio Guimarães
Tiago Zilli

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Jessé Lopes - Presidente
Sargento Lima - Vice-Presidente
Fabiano da Luz
Marcos da Rosa
Paulinha
Pepê Collaço
Tiago Zilli

COMISSÃO DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL

Altair Silva - Presidente
Maurício Eskudlark - Vice-Presidente
Camilo Martins
Marcos Vieira
Mário Motta
Mauro De Nadal
Berlanda

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E FAMÍLIA

Junior Cardoso - Presidente
Berlanda - Vice-Presidente
Jessé Lopes
Marquito
Mauro De Nadal
Pepê Collaço
Sergio Motta
**COMISSÃO DE TRANSPORTES,
DESENVOLVIMENTO URBANO
E INFRAESTRUTURA**
Volnei Weber - Presidente
Sérgio Guimarães - Vice-Presidente
Altair Silva
Camilo Martins
Fabiano da Luz
Maurício Eskudlark
Maurício Peixer

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Luciane Carminatti - Presidente
Mário Motta - Vice-Presidente
Alex Brasil
Camilo Martins
Ivan Naatz
Marquito

COMISSÃO DE SAÚDE

Neodi Saretta - Presidente
Dr. Vicente Caropreso - Vice-Presidente
José Milton Scheffer
Junior Cardoso
Maurício Eskudlark
Maurício Peixer
Paulinha

COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Matheus Cadorin - Presidente
Marcos da Rosa - Vice-Presidente
Carlos Humberto
Fabiano da Luz
Berlanda
Pepê Collaço
Tiago Zilli

COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL

Antídio Lunelli - Presidente
Neodi Saretta - Vice-Presidente
Alex Brasil
Junior Cardoso
Matheus Cadorin
Rodrigo Minotto
Sargento Lima

COMISSÃO DE TURISMO

Carlos Humberto - Presidente
Napoleão Bernardes - Vice-Presidente
Dr. Vicente Caropreso
Alex Brasil
Marquito
Paulinha
Rodrigo Minotto

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Marquito - Presidente
Volnei Weber - Vice-Presidente
Altair Silva
Carlos Humberto
Ivan Naatz
Matheus Cadorin
Napoleão Bernardes

COMISSÃO DE PESCA

E AQUICULTURA
José Milton Scheffer - Presidente
Maurício Peixer - Vice-Presidente
Jerry Comper
Junior Cardoso
Marquito
Paulinha
Sargento Lima

COMISSÃO DOS DIREITOS DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE E DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Mário Motta - Presidente
Fabiano da Luz - Vice-Presidente
Sargento Lima
Marcius Machado
Rodrigo Minotto
Sergio Motta
Jerry Comper

COMISSÃO DE DEFESA CIVIL E DESASTRES NATURAIS

Sérgio Guimarães - Presidente
Berlanda - Vice-Presidente
Altair Silva
Volnei Weber
Marquito

Matheus Cadorin

Maurício Eskudlark

COMISSÃO DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Dr. Vicente Caropreso - Presidente
Marcos da Rosa - Vice-Presidente
Camilo Martins
Ivan Naatz
José Milton Scheffer

Luciane Carminatti

Sargento Lima

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Rodrigo Minotto - Presidente
Camilo Martins - Vice-Presidente
Carlos Humberto
Jerry Comper
Junior Cardoso
Maurício Peixer
Neodi Saretta

COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE ÀS DROGAS

Marcos da Rosa - Presidente
Sergio Motta - Vice-Presidente
Antídio Lunelli
José Milton Scheffer
Marcius Machado
Marquito

Alex Brasil

COMISSÃO DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA

Sergio Motta - Presidente
Alex Brasil - Vice-Presidente
Altair Silva
Jerry Comper
Junior Cardoso
Maurício Peixer

COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS

Tiago Zilli - Presidente
Napoleão Bernardes - Vice-Presidente
Ivan Naatz
Marquito
Matheus Cadorin
Berlanda
Rodrigo Minotto

COMISSÃO DE ESPORTES E LAZER

Camilo Martins - Presidente
Mário Motta - Vice-Presidente
Carlos Humberto
Marcius Machado
Marquito
Mauro De Nadal
Rodrigo Minotto

COMISSÃO DE PROTEÇÃO, DEFESA E BEM-ESTAR ANIMAL

Marcus Machado - Presidente
Sérgio Guimarães - Vice-Presidente
Altair Silva
Antídio Lunelli
Fabiano da Luz
Sargento Lima
Sergio Motta

Diretoria Legislativa Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006 Art. 19. À Diretoria Legislativa compete, especialmente: II - coordenar, supervisionar e controlar os trabalhos das Coordenadorias que a integram; (Redação dada pela Resolução nº 013, de 2009) Evandro Carlos dos Santos Diretor Coordenadoria de Publicação Art. 25. À Coordenadoria de Publicação compete, especialmente: VII - elaborar o Diário da Assembleia, publicando as proposições, atas, relatórios e outros documentos legislativos que forem encaminhados para esse fim; X - manter as publicações dos Diários atualizados na página da Assembleia Legislativa. Edson José Firmino Coordenador Diário da Assembleia Resolução nº 006, de 20 de julho de 2009 Instituiu o Diário Oficial Eletrônico da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina. O Ato da Mesa nº 344, de 28 de setembro de 2021, regulamenta a Resolução nº 006, de 2009, que "Institui o Diário Oficial Eletrônico da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina".	DIÁRIO DA ASSEMBLEIA EXPEDIENTE  Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina Palácio Barriga Verde - Centro Cívico Tancredo Neves Rua Dr. Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500 Internet: www.alesc.sc.gov.br Sede Administrativa Deputado Aldo Schneider Avenida Mauro Ramos, 300 CEP 88020-300 – Florianópolis - SC IMPRESSÃO PRÓPRIA - ANO XXXIV NESTA EDIÇÃO: 26 PÁGINAS Conforme o Ato da Presidência nº 001/2022, a certificação da publicação do diário é do Coordenador de Publicação da Alesc, sendo os seus conteúdos de responsabilidade dos setores conforme art. 10 do Ato da Mesa nº 344, de 28 de setembro de 2021.	ÍNDICE CADERNO LEGISLATIVO 2 ATAS.....2 SESSÕES PLENÁRIAS.....2 COMISSÕES PERMANENTES. 17 REUNIÃO CONJUNTA DE COMISSÕES 23 CADERNO ADMINISTRATIVO.. 24 GESTÃO DE PESSOAL, NORMATIVA, FISCAL E DE MATERIAIS..... 24 PORTARIAS..... 24 EDITAIS, LICITAÇÕES, CONVÊNIOS E CONTRATOS 25 AVISO DE LICITAÇÃO..... 25 EXTRATO 26
---	--	--

CADERNO LEGISLATIVO

A T A S

SESSÕES PLENÁRIAS

ATA DA 065ª SESSÃO ORDINÁRIA

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 20ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 16 DE JUNHO DE 2026

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JULIO GARCIA

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Alex Brasil - Altair Silva - Ana Campagnolo - Berlanda - Camilo Martins - Carlos Humberto - Dr. Vicente Caropreso - Fabiano da Luz - Fernando Krelling - Ivan Naatz - Jair Miotto - Jerry Comper - Jessé Lopes - José Milton Scheffer - Julio Garcia - Junior Cardoso - Lucas Neves - Luciane Carminatti - Marcius Machado - Marcos da Rosa - Marcos Vieira - Marquito - Matheus Cadorin - Maurício Eskudlark - Maurício Peixer - Mauro De Nadal - Napoleão Bernardes - Neodi Saretta - Oscar Gutz - Padre Pedro Baldissera - Pepê Collaço - Rodrigo Fachini - Sargento Lima - Sérgio Guimarães - Sergio Motta - Tiago Zilli - Volnei Weber.

PRESIDÊNCIA - Deputado Julio Garcia

Deputado Lucas Neves

DEPUTADO LUCAS NEVES (Presidente) - Abre os trabalhos da sessão ordinária. Esta Presidência no uso da sua prerrogativa dá a ata da última sessão por lida e aprovada. Informa que o expediente foi disponibilizado eletronicamente aos parlamentares.

Breves Comunicações

DEPUTADO FABIANO DA LUZ (Orador) - Fez uso da tribuna para criticar o Governador Jorginho Melo por um discurso feito em Abelardo Luz. Segundo o deputado, o governador ofendeu os agricultores assentados e o Movimento Sem-Terra sem conhecer a história da região. Relatou que a ocupação na região ocorreu em terras que haviam sido

abandonadas por coronéis nos anos 80, após um processo de exploração e violência contra caboclos e indígenas, e que o Incra disponibilizou a área legalmente para a reforma agrária.

Destacou que Abelardo Luz é um exemplo de produtividade em Santa Catarina, onde convivem grandes produtores, pequenos agricultores e assentados em harmonia. O Parlamentar repudiou a fala do governador sobre expulsar quem invadir terras, comparando a situação à marginalização histórica dos negros após o fim da escravidão. Pontuou que o governo promoveu um discurso politiquês em vez de focar no bem comum e na valorização da produção de alimentos. *[Taquiografia: Silvia]*

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK (Orador) - O Deputado usou a tribuna para realizar uma homenagem de gratidão ao Serviço Aeropolicial de Santa Catarina (SAER) ao destacar a atuação da equipe no resgate de quatro vítimas (três adultos e uma criança). Relatou que no último domingo, dia 14 de junho, a Serra do Rio do Rastro foi palco de uma cena que comoveu Santa Catarina inteira. Um veículo perdeu o controle na descida da serra, colidiu contra a mureta de proteção da rodovia e deixou quatro vítimas.

Mencionou a competência, a coragem e a dedicação da equipe do SAER que realizou o resgate em um local de alta complexidade, onde o helicóptero precisou pairar sobre um abismo, conforme as imagens exibidas no telão do Plenário.

Parabenizou os cinco profissionais da equipe responsáveis pelo atendimento: os Agentes de Polícia Alexandre Kaida, Jonas da Silva e Marcelo Esperândio, a médica Mariane Cardoso e a enfermeira Bárbara da Cunha, que salvaram quatro vidas.

Conclamou a Casa Legislativa a se unir a essa homenagem aos cinco servidores, para que saibam que toda Santa Catarina os abraça com gratidão. *[Taquiografia: Guilherme]*

DEPUTADO SARGENTO LIMA (Orador) - Apresentou vídeo contendo declaração do Presidente da República acerca da receptação de aparelhos celulares roubados, afirmando que a fala atribuiria às pessoas de menor poder aquisitivo a prática habitual da receptação. Mencionou que a manifestação presidencial normalizaria a conduta criminosa e associa indevidamente a população mais pobre aos crimes de furto, roubo e receptação de celulares.

Na sequência, exibiu outro vídeo em que o Presidente da República manifesta preocupação quanto à devolução de aparelhos recuperados em delegacias, sob o argumento de que algumas pessoas teriam receio do atendimento prestado por policiais e delegados.

Em resposta, o Deputado enalteceu o trabalho realizado pelas forças de segurança pública de Santa Catarina e destacou a atuação honrosa, ética e comprometida dos profissionais da Polícia Civil e das demais instituições de segurança, que diariamente arriscam suas vidas no exercício da função pública. Afirmou que a categoria merece respeito e reconhecimento da sociedade.

Declarou considerar as manifestações presidenciais ofensivas aos profissionais da segurança pública, especialmente aos integrantes da Polícia Civil, apresentando pedido de desculpas à corporação em nome de sua direção. Também manifestou forte discordância em relação às declarações do Chefe do Poder Executivo Federal.

Reafirmou seu compromisso com a defesa das instituições de segurança pública e ressaltou a importância do trabalho desempenhado por policiais civis e militares na preservação da ordem pública e da segurança da população, ao mesmo tempo em que criticou a condução do Governo Federal e classificou as falas do Presidente da República como desrespeitosas à categoria. *[Taquiografia: Jêniifer]*

Partidos Políticos

DEPUTADO LUCAS NEVES (Presidente) - Não havendo oradores inscritos, suspende a sessão até às 15h, quando retornará com a pauta da Ordem do Dia.

Está suspensa a sessão.

(Pausa)

DEPUTADO JULIO GARCIA (Presidente) - Reabre a sessão e passa à Ordem do Dia.

Ordem do Dia

DEPUTADO JULIO GARCIA (Presidente) - Dá início à pauta da Ordem do Dia.

Votação das redações finais dos Projetos de Lei números: 0495/2023, 0749/2025, 0778/2025, 0885/2025, 0010/2026 e 0062/2026.

Não há emendas às redações finais.

Em votação.

Os srs. deputados que as aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovadas.

Discussão e votação em primeiro turno da Proposta de Emenda à Constituição n. 0003/2021, de autoria do Deputado Padre Pedro Baldissera, que acrescenta o inciso VIII ao art. 85 da Constituição do Estado de Santa Catarina, atribuindo legitimidade ao Defensor Público-Geral Estadual para a propositura de ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo estadual ou municipal.

Retirado de Pauta a pedido do autor.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0657/2025, de autoria do Deputado Alex Brasil, que declara de utilidade pública da Associação Desportiva e Cultural Xadrez São José (ADCXSJ) e altera o Anexo Único da Lei n° 18.278, de 2021, que "Consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina".

Ao presente projeto foi apresentada emenda substitutiva global.

Conta com parecer favorável das Comissões.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0902/2025, de autoria do Deputado Junior Cardoso, que declara de utilidade pública o Instituto Educar e Preservar, de Itajaí, e altera o Anexo Único da Lei n° 18.278, de 2021, que "Consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina".

Conta com parecer favorável das Comissões.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0162/2026, de autoria do Deputado Rodrigo Minotto, que declara de utilidade pública Instituto Arvoredo de Basquetebol-IAB, de Florianópolis, e altera o Anexo Único da Lei n° 18.278, de 2021, que "Consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina" para fazer constar nele o nome de tal entidade.

Conta com parecer favorável das Comissões.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

O sr. Presidente consulta os srs. líderes se concordam de votar e discutir, em bloco, projetos que autorizam cessão de imóvel.

(As lideranças concordam.)

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0083/2026, de autoria do Governador do Estado, que autoriza a cessão de uso de imóvel no Município de Xaxim.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0308/2026, de autoria do Governador do Estado, que autoriza a cessão de direitos possessórios de imóvel no Município de Dionísio Cerqueira.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0349/2026, de autoria do Governador do Estado, que autoriza a cessão de uso de imóvel no Município de Irati.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0350/2026, de autoria do Governador do Estado, que autoriza a cessão de uso de imóvel no Município de Seara.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0351/2026, de autoria do Governador do Estado, que autoriza a cessão de uso compartilhado de imóvel no Município de Bela Vista do Toldo.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0353/2026, de autoria do Governador do Estado, que autoriza a cessão de uso compartilhado de imóvel no Município de Rio Rufino.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0354/2026, de autoria do Governador do Estado, que autoriza a cessão de direitos possessórios de imóvel no Município de Angelina.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0361/2026, de autoria do Governador do Estado, que autoriza a cessão de uso de imóveis no Município de Cunha Porã.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0366/2026, de autoria do Governador do Estado, que autoriza a cessão de uso de imóvel no Município de Bom Retiro.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0367/2026, de autoria do Governador do Estado, que autoriza a cessão de uso de imóvel no Município de Laguna.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0383/2026, de autoria do Governador do Estado, que autoriza a cessão de uso de imóveis no Município de Florianópolis.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0384/2026, de autoria do Governador do Estado, que autoriza a cessão de uso compartilhado de imóvel no Município de Riqueza.

Em discussão em bloco.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que os aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovados.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0113/2026, de autoria do Governador do Estado, que autoriza a doação de imóvel no Município de Coronel Freitas.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0114/2026, de autoria do Governador do Estado, que autoriza a doação de imóvel no Município de Coronel Freitas.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0115/2026, de autoria do Governador do Estado, que autoriza a doação de imóvel no Município de São José.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0116/2026, de autoria do Governador do Estado, que autoriza a doação de imóvel no Município de Major Vieira.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0117/2026, de autoria do Governador do Estado, que autoriza a doação de imóvel no Município de São João do Itaperiú.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0195/2026, de autoria do Governador do Estado, que autoriza a doação de imóvel no Município de São Miguel do Oeste e estabelece outras providências.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0201/2026, de autoria do Governador do Estado, que autoriza a doação de imóvel no Município de Jaborá.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0202/2026, de autoria do Governador do Estado, que autoriza a doação de imóvel no Município de Lages.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0232/2026, de autoria do Governador do Estado, que autoriza a doação de imóvel no Município de Salto Veloso.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0233/2026, de autoria do Governador do Estado, que autoriza a doação de imóvel no Município de Lindóia do Sul.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0282/2026, de autoria do Governador do Estado, que autoriza a doação de imóvel no Município de Lages.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0284/2026, de autoria do Governador do Estado, que autoriza a doação de imóvel no Município de Gaspar.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0318/2026, de autoria do Governador do Estado, que autoriza a doação de imóvel no Município de Itapoá e estabelece outras providências.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0319/2026, de autoria do Governador do Estado, que autoriza a doação de imóvel no Município de São Miguel do Oeste.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0347/2026, de autoria do Governador do Estado, que autoriza a doação de imóvel no Município de Curitibaanos.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0348/2026, de autoria do Governador do Estado, que altera os arts. 1º, 2º e 3º da Lei nº 13.753, de 2006, que autoriza a doação de imóvel no Município de Jaraguá do Sul.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0352/2026, de autoria do Governador do Estado, que autoriza a doação de imóvel no Município de Dionísio Cerqueira e estabelece outras providências.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0355/2026, de autoria do Governador do Estado, que autoriza a doação de imóvel no Município de Guaramirim.

Em discussão em bloco.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que os aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovados.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0133/2026, de autoria da Defensoria Pública, que autoriza a Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina a transferir recursos para o custeio de despesas do Conselho Nacional das Defensoras e Defensores Públicos Gerais (CONDEGE) e dá outras providências.

Conta com parecer favorável das Comissões.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0167/2026, de autoria do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a prestar contragarantia à garantia oferecida pela União em operação de crédito externo a ser celebrada entre o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e estabelece outras providências.

Conta com parecer favorável das Comissões.

Em discussão.

Discutiu a presente matéria o Deputado Marquito.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0170/2026, de autoria do Governador do Estado, que altera o art. 4º da Lei Complementar nº 260, de 2004, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do art. 37, IX, da Constituição Federal, e do art. 21, § 2º, da Constituição do Estado de Santa Catarina, e adota outras providências.

Conta com parecer favorável das Comissões.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0249/2026, de autoria do Tribunal de Justiça do Estado, que cria serventias extrajudiciais em Guabiruba e adota outras providências.

Conta com parecer favorável das Comissões.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0324/2026, de autoria do Governador do Estado, que altera a Lei Complementar n° 741, de 2019, que dispõe sobre a estrutura organizacional básica e o modelo de gestão da Administração Pública Estadual, no âmbito do Poder Executivo, e estabelece outras providências, e revoga dispositivos da Lei n° 19.665, de 2025, que institui o Plano de Cargos, Carreira e Subsídio dos servidores públicos titulares de cargo de provimento efetivo do Quadro de Pessoal do Instituto do Meio Ambiente do Estado de Santa Catarina (IMA) e estabelece outras providências.

Ao presente projeto foi apresentada emenda aditiva.

Conta com parecer favorável das Comissões.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por maioria, com a manifestação de voto contrário do Deputado Marquito.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0385/2026, de autoria do Governador do Estado, que altera o Anexo II da Lei n° 19.245, de 2025, que altera o Anexo I da Lei Complementar n° 81, de 1993, que estabelece diretrizes para a elaboração, implantação e administração do Plano de Cargos e Vencimentos do Pessoal Civil da Administração Direta, Autarquias e Fundações do Poder Executivo e institui o Quadro Lotacional de Cargos de Provimento Efetivo da Secretaria de Estado de Justiça e Reintegração Social (SEJURI), e estabelece outras providências.

Conta com parecer favorável das Comissões.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei Complementar n. 0001/2026, de autoria do Tribunal de Contas do Estado, que altera o art. 107 da Lei Complementar n° 202, de 2000, que "Institui a Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina e adota outras providências".

Conta com parecer favorável das Comissões.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam a matéria e os que votarem "não" rejeitam-na.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADO ALEX BRASIL	não
DEPUTADO ALTAIR SILVA	
DEPUTADA ANA CAMPAGNOLO	
DEPUTADO ANTÍDIO LUNELLI	
DEPUTADO BERLANDA	
DEPUTADO CAMILO MARTINS	sim
DEPUTADO CARLOS HUMBERTO	sim
DEPUTADO DR. VICENTE CAROPRESO	sim
DEPUTADO FABIANO DA LUZ	sim
DEPUTADO FERNANDO KRELLING	sim
DEPUTADO IVAN NAATZ	sim
DEPUTADO JAIR MIOTTO	sim
DEPUTADO JERRY COMPER	
DEPUTADO JESSÉ LOPES	não
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	sim

DEPUTADO JULIO GARCIA	
DEPUTADO JUNIOR CARDOSO	sim
DEPUTADO LUCAS NEVES	sim
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	
DEPUTADO MARCIUS MACHADO	sim
DEPUTADO MARCOS DA ROSA	sim
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	sim
DEPUTADO MÁRIO MOTTA	
DEPUTADO MARQUITO	sim
DEPUTADO MATHEUS CADORIN	sim
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	
DEPUTADO MAURÍCIO PEIXER	sim
DEPUTADO MAURO DE NADAL	sim
DEPUTADO NAPOLEÃO BERNARDES	sim
DEPUTADO NEODI SARETTA	
DEPUTADO OSCAR GUTZ	sim
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	sim
DEPUTADO PEPÊ COLLAÇO	sim
DEPUTADO RODRIGO FACHINI	sim
DEPUTADO RODRIGO MINOTTO	
DEPUTADO SARGENTO LIMA	sim
DEPUTADO SÉRGIO GUIMARÃES	
DEPUTADO SERGIO MOTTA	
DEPUTADO TIAGO ZILLI	sim
DEPUTADO VOLNEI WEBER	sim

Está encerrada a votação.

Votaram 27 srs. deputados.

Temos 25 votos “sim”, dois votos “não” e nenhuma abstenção.

A matéria está aprovada.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei Complementar n. 0008/2026, de autoria do Tribunal de Justiça do Estado, que cria varas e cargos de juiz de direito na estrutura do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina; cria cargos no Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina; altera a Lei Complementar nº 90, de 1º de julho de 1993, e dá outras providências.

Conta com parecer favorável das Comissões.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que votarem “sim” aprovam a matéria e os que votarem “não” rejeitam-na.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADO ALEX BRASIL	não
DEPUTADO ALTAIR SILVA	
DEPUTADA ANA CAMPAGNOLO	
DEPUTADO ANTÍDIO LUNELLI	
DEPUTADO BERLANDA	
DEPUTADO CAMILO MARTINS	sim
DEPUTADO CARLOS HUMBERTO	sim
DEPUTADO DR. VICENTE CAROPRESO	sim

DEPUTADO FABIANO DA LUZ	sim
DEPUTADO FERNANDO KRELLING	sim
DEPUTADO IVAN NAATZ	sim
DEPUTADO JAIR MIOTTO	sim
DEPUTADO JERRY COMPER	
DEPUTADO JESSÉ LOPES	não
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	
DEPUTADO JULIO GARCIA	
DEPUTADO JUNIOR CARDOSO	sim
DEPUTADO LUCAS NEVES	sim
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	
DEPUTADO MARCIUS MACHADO	sim
DEPUTADO MARCOS DA ROSA	sim
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	sim
DEPUTADO MÁRIO MOTTA	
DEPUTADO MARQUITO	sim
DEPUTADO MATHEUS CADORIN	não
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	
DEPUTADO MAURÍCIO PEIXER	sim
DEPUTADO MAURO DE NADAL	sim
DEPUTADO NAPOLEÃO BERNARDES	sim
DEPUTADO NEODI SARETTA	
DEPUTADO OSCAR GUTZ	sim
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	sim
DEPUTADO PEPÊ COLLAÇO	sim
DEPUTADO RODRIGO FACHINI	sim
DEPUTADO RODRIGO MINOTTO	
DEPUTADO SARGENTO LIMA	não
DEPUTADO SÉRGIO GUIMARÃES	
DEPUTADO SERGIO MOTTA	
DEPUTADO TIAGO ZILLI	sim
DEPUTADO VOLNEI WEBER	sim

Está encerrada a votação.

Votaram 26 srs. deputados.

Temos 22 votos “sim”, quatro votos “não” e nenhuma abstenção.

A matéria está aprovada.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei Complementar n. 0010/2026, de autoria da Defensoria Pública, revoga a Lei Complementar Estadual nº 684, de 20 de dezembro de 2016, e dá outras providências.

Conta com parecer favorável das Comissões.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que votarem “sim” aprovam a matéria e os que votarem “não” rejeitam-na.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADO ALEX BRASIL	sim
DEPUTADO ALTAIR SILVA	
DEPUTADA ANA CAMPAGNOLO	

DEPUTADO ANTÍDIO LUNELLI	
DEPUTADO BERLANDA	
DEPUTADO CAMILO MARTINS	sim
DEPUTADO CARLOS HUMBERTO	sim
DEPUTADO DR. VICENTE CAROPRESO	sim
DEPUTADO FABIANO DA LUZ	sim
DEPUTADO FERNANDO KRELLING	sim
DEPUTADO IVAN NAATZ	sim
DEPUTADO JAIR MIOTTO	sim
DEPUTADO JERRY COMPER	
DEPUTADO JESSÉ LOPES	não
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	
DEPUTADO JULIO GARCIA	
DEPUTADO JUNIOR CARDOSO	sim
DEPUTADO LUCAS NEVES	sim
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	
DEPUTADO MARCIUS MACHADO	não
DEPUTADO MARCOS DA ROSA	sim
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	sim
DEPUTADO MÁRIO MOTTA	
DEPUTADO MARQUITO	sim
DEPUTADO MATHEUS CADORIN	sim
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	
DEPUTADO MAURÍCIO PEIXER	sim
DEPUTADO MAURO DE NADAL	sim
DEPUTADO NAPOLEÃO BERNARDES	sim
DEPUTADO NEODI SARETTA	
DEPUTADO OSCAR GUTZ	sim
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	sim
DEPUTADO PEPÊ COLLAÇO	sim
DEPUTADO RODRIGO FACHINI	sim
DEPUTADO RODRIGO MINOTTO	
DEPUTADO SARGENTO LIMA	sim
DEPUTADO SÉRGIO GUIMARÃES	
DEPUTADO SERGIO MOTTA	
DEPUTADO TIAGO ZILLI	sim
DEPUTADO VOLNEI WEBER	sim

Está encerrada a votação.

Votaram 26 srs. deputados.

Temos 24 votos "sim", dois votos "não" e nenhuma abstenção.

A matéria está aprovada.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei Complementar n. 0017/2024, de autoria do Tribunal de Contas do Estado, que altera e acresce dispositivos à Lei Complementar nº 202, de 2000, que "Institui a Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina e adota outras providências".

Ao presente projeto foi apresentada emenda substitutiva global e subemendas modificativas.

Conta com parecer favorável das Comissões.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que votarem “sim” aprovam a matéria e os que votarem “não” rejeitam-na.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADO ALEX BRASIL	sim
DEPUTADO ALTAIR SILVA	
DEPUTADA ANA CAMPAGNOLO	
DEPUTADO ANTÍDIO LUNELLI	
DEPUTADO BERLANDA	
DEPUTADO CAMILO MARTINS	sim
DEPUTADO CARLOS HUMBERTO	sim
DEPUTADO DR. VICENTE CAROPRESO	sim
DEPUTADO FABIANO DA LUZ	sim
DEPUTADO FERNANDO KRELLING	sim
DEPUTADO IVAN NAATZ	sim
DEPUTADO JAIR MIOTTO	sim
DEPUTADO JERRY COMPER	
DEPUTADO JESSÉ LOPES	não
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	
DEPUTADO JULIO GARCIA	
DEPUTADO JUNIOR CARDOSO	sim
DEPUTADO LUCAS NEVES	sim
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	
DEPUTADO MARCIUS MACHADO	sim
DEPUTADO MARCOS DA ROSA	sim
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	
DEPUTADO MÁRIO MOTTA	
DEPUTADO MARQUITO	sim
DEPUTADO MATHEUS CADORIN	sim
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	
DEPUTADO MAURÍCIO PEIXER	sim
DEPUTADO MAURO DE NADAL	sim
DEPUTADO NAPOLEÃO BERNARDES	sim
DEPUTADO NEODI SARETTA	sim
DEPUTADO OSCAR GUTZ	sim
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	sim
DEPUTADO PEPÊ COLLAÇO	sim
DEPUTADO RODRIGO FACHINI	sim
DEPUTADO RODRIGO MINOTTO	
DEPUTADO SARGENTO LIMA	não
DEPUTADO SÉRGIO GUIMARÃES	
DEPUTADO SERGIO MOTTA	
DEPUTADO TIAGO ZILLI	sim
DEPUTADO VOLNEI WEBER	sim

Está encerrada a votação.

Votaram 26 srs. deputados.

Temos 24 votos “sim”, dois votos “não” e nenhuma abstenção.

A matéria está aprovada.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei Complementar n. 0015/2026, de autoria do Ministério Público, que altera dispositivos da Lei Complementar n. 738, de 23 de janeiro de 2019.

Ao presente projeto foi apresentada emenda modificativa.

Conta com parecer favorável das Comissões.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que votarem “sim” aprovam a matéria e os que votarem “não” rejeitam-na.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADO ALEX BRASIL	não
DEPUTADO ALTAIR SILVA	
DEPUTADA ANA CAMPAGNOLO	
DEPUTADO ANTÍDIO LUNELLI	
DEPUTADO BERLANDA	
DEPUTADO CAMILO MARTINS	sim
DEPUTADO CARLOS HUMBERTO	sim
DEPUTADO DR. VICENTE CAROPRESO	sim
DEPUTADO FABIANO DA LUZ	sim
DEPUTADO FERNANDO KRELLING	sim
DEPUTADO IVAN NAATZ	sim
DEPUTADO JAIR MIOTTO	sim
DEPUTADO JERRY COMPER	
DEPUTADO JESSÉ LOPES	não
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	
DEPUTADO JULIO GARCIA	
DEPUTADO JUNIOR CARDOSO	sim
DEPUTADO LUCAS NEVES	sim
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	
DEPUTADO MARCIUS MACHADO	sim
DEPUTADO MARCOS DA ROSA	sim
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	sim
DEPUTADO MÁRIO MOTTA	
DEPUTADO MARQUITO	sim
DEPUTADO MATHEUS CADORIN	não
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	
DEPUTADO MAURÍCIO PEIXER	sim
DEPUTADO MAURO DE NADAL	sim
DEPUTADO NAPOLEÃO BERNARDES	sim
DEPUTADO NEODI SARETTA	sim
DEPUTADO OSCAR GUTZ	sim
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	sim
DEPUTADO PEPÊ COLLAÇO	sim
DEPUTADO RODRIGO FACHINI	sim
DEPUTADO RODRIGO MINOTTO	
DEPUTADO SARGENTO LIMA	não
DEPUTADO SÉRGIO GUIMARÃES	
DEPUTADO SERGIO MOTTA	
DEPUTADO TIAGO ZILLI	sim
DEPUTADO VOLNEI WEBER	sim

Está encerrada a votação.

Votaram 27 srs. deputados.

Temos 23 votos “sim”, quatro votos “não” e nenhuma abstenção.

A matéria está aprovada.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei Complementar n. 0016/2026, de autoria do Ministério Público, que altera a Lei Complementar n. 736, de 2019, que consolida as Leis que instituem o Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos do Pessoal do Ministério Público do Estado de Santa Catarina.

Ao presente projeto foi apresentada emenda

Conta com parecer favorável das Comissões.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que votarem “sim” aprovam a matéria e os que votarem “não” rejeitam-na.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADO ALEX BRASIL	não
DEPUTADO ALTAIR SILVA	
DEPUTADA ANA CAMPAGNOLO	
DEPUTADO ANTÍDIO LUNELLI	
DEPUTADO BERLANDA	
DEPUTADO CAMILO MARTINS	sim
DEPUTADO CARLOS HUMBERTO	não
DEPUTADO DR. VICENTE CAROPRESO	sim
DEPUTADO FABIANO DA LUZ	sim
DEPUTADO FERNANDO KRELLING	sim
DEPUTADO IVAN NAATZ	sim
DEPUTADO JAIR MIOTTO	sim
DEPUTADO JERRY COMPER	
DEPUTADO JESSÉ LOPES	não
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	
DEPUTADO JULIO GARCIA	
DEPUTADO JUNIOR CARDOSO	sim
DEPUTADO LUCAS NEVES	sim
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	
DEPUTADO MARCIUS MACHADO	sim
DEPUTADO MARCOS DA ROSA	sim
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	sim
DEPUTADO MÁRIO MOTTA	
DEPUTADO MARQUITO	sim
DEPUTADO MATHEUS CADORIN	não
DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK	
DEPUTADO MAURÍCIO PEIXER	sim
DEPUTADO MAURO DE NADAL	sim
DEPUTADO NAPOLEÃO BERNARDES	sim
DEPUTADO NEODI SARETTA	sim
DEPUTADO OSCAR GUTZ	sim
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	sim
DEPUTADO PEPÊ COLLAÇO	sim

DEPUTADO RODRIGO FACHINI	sim
DEPUTADO RODRIGO MINOTTO	
DEPUTADO SARGENTO LIMA	não
DEPUTADO SÉRGIO GUIMARÃES	
DEPUTADO SERGIO MOTTA	sim
DEPUTADO TIAGO ZILLI	sim
DEPUTADO VOLNEI WEBER	sim

Está encerrada a votação.

Votaram 28 srs. deputados.

Temos 23 votos “sim”, cinco votos “não” e nenhuma abstenção.

A matéria está aprovada.

Esta Presidência encerra a presente sessão e convoca outra, extraordinária, às 15h36, dando sequência à pauta da Ordem do Dia.

Está encerrada a sessão. (Ata sem revisão dos oradores)

[Revisão: Taquígrafa Sílvia]

_____ * * * _____

ATA DA 029ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 20ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 16 DE JUNHO DE 2026

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JULIO GARCIA

Às 15h36, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Alex Brasil – Altair Silva - Ana Campagnolo – Berlanda - Camilo Martins - Carlos Humberto - Dr. Vicente Caropreso - Fabiano da Luz - Fernando Krelling - Ivan Naatz - Jair Miotto – Jerry Comper - Jessé Lopes - José Milton Scheffer – Julio Garcia – Junior Cardoso - Lucas Neves - Luciane Carminatti - Marcius Machado - Marcos da Rosa - Marcos Vieira – Marquito – Matheus Cadorin - Maurício Eskudlark – Maurício Peixer - Mauro De Nadal – Napoleão Bernardes - Neodi Saretta – Oscar Gutz – Padre Pedro Baldissera - Pepê Collaço – Rodrigo Fachini - Sargento Lima - Sérgio Guimarães – Sergio Motta - Tiago Zilli – Volnei Weber.

PRESIDÊNCIA – Deputado Julio Garcia

DEPUTADO JULIO GARCIA (Presidente) – Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declara aberta a presente sessão extraordinária.

Ordem do Dia

DEPUTADO JULIO GARCIA (Presidente) - A Presidência dá continuidade à pauta da Ordem do Dia.

Neste momento, o sr. Presidente concede a palavra, pela ordem, ao Deputado Marcos Vieira.

DEPUTADO MARCOS VIEIRA – Sugere ao sr. Presidente que as matérias a serem apreciadas nesta sessão, como não haverá alteração nos votos dos srs. Deputados, que se mantenha o resultado das votações da sessão ordinária anterior.

DEPUTADO JULIO GARCIA (Presidente) – Consulta os srs. líderes se concordam com a proposta do Deputado Marcos Vieira.

(Os srs. líderes concordam.)

A Presidência comunica que, conforme a concordância dos srs. líderes, registra que são as seguintes matérias votadas e aprovadas na presente sessão, em sede de segundo turno, e que mantiveram as votações do primeiro turno da sessão ordinária realizada anteriormente, na presente data, os Projetos de Lei Complementar números: 0001/2026, 0008/2026, 0010/2026, 0015/2026, 0016/2026 e 0017/2024.

Esta Presidência encerra a presente sessão e convoca outra, extraordinária, às 15h37, dando sequência à pauta da Ordem do Dia.

Está encerrada a sessão. (Ata sem revisão dos oradores)

[Revisão: Taquígrafa Sílvia]

_____ * * * _____

ATA DA 030ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA
4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 20ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 16 DE JUNHO DE 2026
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JULIO GARCIA

Às 15h37, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Alex Brasil – Altair Silva - Ana Campagnolo – Berlanda - Camilo Martins - Carlos Humberto - Dr. Vicente Caropreso - Fabiano da Luz - Fernando Krelling - Ivan Naatz - Jair Miotto – Jerry Comper - Jessé Lopes - José Milton Scheffer – Julio Garcia – Junior Cardoso - Lucas Neves - Luciane Carminatti - Marcius Machado - Marcos da Rosa - Marcos Vieira – Marquito – Matheus Cadorin - Maurício Eskudlark – Maurício Peixer - Mauro De Nadal – Napoleão Bernardes - Neodi Saretta – Oscar Gutz – Padre Pedro Baldissera - Pepê Collaço – Rodrigo Fachini - Sargento Lima - Sérgio Guimarães – Sergio Motta - Tiago Zilli – Volnei Weber.

PRESIDÊNCIA – Deputado Julio Garcia

Deputado Fernando Krelling

DEPUTADO JULIO GARCIA (Presidente) – Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declara aberta a presente sessão extraordinária.

Ordem do Dia

A Presidência dá continuidade à pauta da Ordem do Dia.

Votação das redações finais dos Projetos de Lei números: 0657/2025, 0902/2025, 0083/2026, 0113/2026, 0114/2026, 0115/2026, 0116/2026, 0117/2026, 0133/2026, 0162/2026, 0167/2026, 0170/2026, 0195/2026, 0201/2026, 0202/2026, 0232/2026, 0233/2026, 0249/2026, 0282/2026, 0284/2026, 0308/2026, 0318/2026, 0319/2026, 0324/2026, 0347/2026, 0348/2026, 0349/2026, 0350/2026, 0351/2026, 0352/2026, 0353/2026, 0354/2026, 0355/2026, 0361/2026, 0366/2026, 0367/2026, 0383/2026, 0384/2026 e 0385/2026; e dos Projetos de Lei Complementar números: 0017/2024, 0001/2026, 0008/2026, 0010/2026, 0015/2026 e 0016/2026.

Não há emendas às redações finais.

Em votação.

Os srs. deputados que as aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovadas.

Pedido de Informação n. 0129/2026, de autoria do Deputado Mário Motta, solicitando ao Secretário de Estado da Segurança Pública informações acerca dos serviços de aviação de segurança pública prestados na Serra Catarinense, por meio da aeronave Águia 4.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0130/2026, de autoria do Deputado Neodi Saretta, solicitando ao Secretário de Estado da Administração informações acerca da sustentabilidade do regime próprio de previdência social do Estado de Santa Catarina.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0131/2026, de autoria do Deputado José Milton Scheffer, solicitando ao Secretário de Estado da Agricultura informações acerca das ações direcionadas à revisão do Plano de Carreira, Cargos e Salários da EPAGRI.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0132/2026, de autoria do Deputado Mário Motta, solicitando à Secretária de Estado de Turismo informações acerca da fiscalização e funcionamento de atividades de salto por corda no Estado.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0133/2026, de autoria do Deputado Marcius Machado, solicitando ao Secretário de Estado da Saúde informações acerca do atendimento aos beneficiários do plano SC Saúde pelo Hospital São Joaquim.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Moção n. 0216/2026, de autoria do Deputado José Milton Scheffer, manifestando ao Ministro da Pesca e Aquicultura e ao Ministro do Meio Ambiente e Mudança do Clima apelo para que suspenda a cota de captura da tainha (*Mugil lisa*) para a modalidade arrasto de praia em Santa Catarina.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0217/2026, de autoria do Deputado Maurício Peixer, manifestando ao Presidente do Senado Federal, apelo para que empreenda esforços visando a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 14/2021.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0218/2026, de autoria do Deputado Padre Pedro Baldissera, manifestando ao Ministro do Empreendedorismo, apelo para que fortaleça as ações de orientação e capacitação destinadas aos Microempreendedores Individuais sobre a emissão de documentos fiscais eletrônicos.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0219/2026, de autoria do Deputado Napoleão Bernardes, manifestando aos Membros do Fórum Parlamentar Catarinense, apelo para que dediquem esforços na busca de soluções institucionais e de fontes de recursos destinados à viabilização da obra de acesso ao Contorno Viário na Comunidade Fazenda de Dentro, localizada no Município de Biguaçu.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

A Presidência comunica, que serão enviadas aos destinatários, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno, as Indicações números: 0446/2026, 0451/2026 e 0460/2026, de autoria do Deputado Lunelli; 0447/2026 e 0449/2026, de autoria do Deputado Dr. Vicente Caropreso; 0448/2026, de autoria do Deputado Pepê Collaço; 0450/2026, de autoria do Deputado Maurício Eskudlark; 0452/2026, de autoria do Deputado Lucas Neves; 0453/2026 e 0454/2026, de autoria do Deputado Tiago Zilli; 0455/2026, de autoria do Deputado Padre Pedro Baldissera; 0456/2026, de autoria do Deputado Rodrigo Fachini; 0457/2026, de autoria do Deputado José Milton Scheffer; 0458/2026 e 0459/2026, de autoria do Deputado Mário Motta; 0461/2026, 0462/2026, 0463/2026 e 0464/2026, de autoria do Deputado Marcius Machado.

Esta Presidência comunica, ainda, que defere os Requerimentos números: 1838 a 1875.

Finda a pauta da Ordem do Dia. *[Taquígrafa: Sílvia]*

DEPUTADO JULIO GARCIA (Presidente) – Suspende a sessão para a divulgação do 18º Painelaço, no Município de Painei.

Está suspensa a sessão.

(Pausa)

DEPUTADO JULIO GARCIA (Presidente) – Reabre a sessão e passa à Explicação Pessoal.

Explicação Pessoal

DEPUTADO DOUTOR VICENTE CAROPRESO (Orador) - Fez um alerta sobre o projeto de construção de um novo porto na praia do Sumidouro, em São Francisco do Sul, sobre possíveis impactos ambientais. Argumentou utilizando como exemplo histórico o Porto de Suape, em Pernambuco, que provocou grandes intervenções em áreas ambientalmente sensíveis e que podem causar impactos irreversíveis, como a alteração de habitats marinhos e o aumento de ataques de tubarão, fenômeno registrado no litoral pernambucano.

O Deputado divulgou a publicação, pelo Governo Federal, do edital para a retomada das obras em dois segmentos da duplicação da BR-280 entre Araquari e São Francisco do Sul. Destacou que essa é uma obra estratégica para o desenvolvimento econômico, industrial e turístico do Norte catarinense, apesar de pontuar que ainda há muito a ser feito em outras etapas do projeto.

Deputado Sargento Lima (Aparteante) – Corroborou a fala do Deputado, salientando que o tema deve ser discutido com seriedade.

Deputado Maurício Peixer (Aparteante) – Comentou que não acredita na informação a respeito das obras de duplicação, pois o edital foi publicado em ano eleitoral. *[Taquígrafa: Sílvia]*

DEPUTADO FERNANDO KRELLING (Presidente) - Não havendo mais oradores inscritos, encerra a sessão, convocando outra, ordinária, para o dia subsequente, às 10 horas, conforme calendário especial.

Está encerrada a sessão.

(Ata sem revisão dos oradores.)

[Revisão: Taquígrafa Sílvia]

COMISSÕES PERMANENTES

ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 20ª LEGISLATURA

No dia 19 de março de 2026, às 10 horas, em cumprimento aos artigos 133 e 136 do Regimento Interno, reuniram-se na Sala de Reunião das Comissões nº 01 e por videoconferência, sob a Presidência da Senhora Deputada Luciane Carminatti e Vice-Presidência do Senhor Deputado Mário Motta, os Senhores Deputados membros da Comissão: Deputado Alex Brasil, Deputado Camilo Martins, Deputado Ivan Naatz, Deputado Marquito e Deputado Rodrigo Minotto. Havendo quórum regimental, a Senhora Presidente declarou aberta a 2ª Reunião Ordinária, submetendo à apreciação as atas da 10ª Reunião Ordinária e 11ª Reunião Ordinária da 3ª Sessão Legislativa da 20ª Legislatura, assim como, ata da 1ª Reunião Ordinária da 4ª Sessão Legislativa da 20ª Legislatura, que foram aprovadas por unanimidade. Dando início à Ordem do Dia, foram apreciados os requerimentos: RCC/0062/2026, de autoria da Deputada Luciane Carminatti, Requerendo a realização de Audiência Pública com o tema "Cotas raciais para o ensino superior e concurso público em Santa Catarina", com data e

horário a serem definidos, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; RCC/0066/2026, de autoria da Deputada Luciane Carminatti, Requerendo a realização de um ciclo de seminários virtuais com o tema "O Diagnóstico da Educação Catarinense", em conjunto com o Fórum Estadual de Educação de Santa Catarina (FEE/SC), com data e horário a serem definidos, que posto em discussão e votação, restou aprovado por unanimidade; RCC/0069/2026, de autoria da Deputada Luciane Carminatti, requerendo a realização de um seminário com o tema: *"EDUCAÇÃO NA CHINA, 1980-2050: DO MUNDO RURAL AO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA"*, com data e horário a serem definidos, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; RCC/0071/2026, de autoria da Deputada Luciane Carminatti, Requerendo a realização de Audiência Pública sobre o PL./0065/2026, que trata das atribuições de Assistentes de Educação (AEs) e Assistentes Técnico-Pedagógicos (ATPs), com data e horário a serem definidos, aprovado por unanimidade, após discussão e votação; RCC/0059/2026, de autoria do Deputado Fernando Krelling, Requerendo a realização do Seminário Regional sobre Altas Habilidades e Superdotação com o tema: "O potencial além do rótulo", em parceria com a Escola do Legislativo, com data e horário a serem definidos, que posto em discussão e votação, restou aprovado por unanimidade; e RCC/0046/2026, de autoria da Deputado Sargento Lima, Requerendo a realização de "Audiência Pública objetivando discutir a implementação do Programa Escola Cívico-Militar na Escola de Ensino Médio Manoel da Nobrega", no município de Rio Negrinho-SC, com data e horário a serem definidos. Na sequência, a Senhora Presidente passou a palavra ao Deputado Ivan Naatz que exarou voto favorável PL./0495/2023, de autoria do Deputado Rodrigo Minotto, que "Cria o Museu Barão de Antonina, no município de Mafra, e estabelece outras providências"; que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Na sequência, foi passada a palavra ao Deputado Marquito, que solicitou a retirada de pauta dos projetos: PL./0116/2025, de autoria do Deputado Tiago Zilli, que Declara a Arrancada de Tratores, do Município de Turvo, integrante do patrimônio cultural do Estado de Santa Catarina e Altera o anexo I da Lei nº 17.565, de 2018, que "Consolida as leis que dispõem sobre o patrimônio cultural do Estado de Santa Catarina"; PL./0301/2024, de autoria do Deputado Lucas Neves, que Declara integrante do Patrimônio Cultural Imaterial do Estado de Santa Catarina o Mel da Bracatinga, e altera o Anexo I da Lei nº 17.565, de 2018, que "Consolida as Leis que dispõem sobre o Patrimônio Cultural do Estado de Santa Catarina"; e PL./0381/2023, de autoria do Deputado Nilso Berlanda, que Altera a Lei nº 17.292, de 2017, que "Consolida a legislação que dispõe sobre os direitos das pessoas com deficiência", e a Lei nº 17.005, de 2016, que "Dispõe sobre o fornecimento de alimentação especial, na merenda escolar, adaptada para alunos com restrições alimentares, em todas as escolas da rede pública estadual de ensino do Estado de Santa Catarina", para estabelecer novos direitos aos estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) ou que tenham restrição ou seletividade alimentar, quanto à saúde e alimentação. Em seguida, o Deputado Marquito relatou a seguinte matéria: PEC/0001/2023, de autoria do Deputado Maurício Peixer, que "Altera o inciso VI do parágrafo único do art. 173 da Constituição do Estado de Santa Catarina, a fim de incluir a Sociedade Cultura Artística na concessão de apoio administrativo, técnico e financeiro por parte do Estado a entidades culturais"; exarou parecer favorável, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Com a palavra, o Deputado Alex Brasil apresentou voto vista ao PL./0021/2020, de autoria da Deputada Ana Campagnolo, que "Altera o art. 1º da Lei nº 14.363, de 25 de janeiro de 2008 e adota outras providências". A relatora, Deputada Luciane Carminatti, apresentou parecer favorável com emenda substitutiva global, tendo o Deputado Alex Brasil devolvido vista com manifestação divergente. Colocado em discussão e votação o parecer da relatora foi aprovado por maioria, com voto contrário do Deputado Alex Brasil. Em seguida, a Senhora Presidente passou a leitura dos relatórios do Deputado Camilo Martins, sendo relatadas as seguintes matérias: PL./0298/2024, de autoria do Deputado Lucas Neves, que "Declara integrante do Patrimônio Cultural Imaterial do Estado de Santa Catarina os Vinhos de Altitude da Serra Catarinense, e altera o Anexo I da Lei nº 17.565, de 2018"; com parecer favorável, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por maioria com voto contrário do Deputado Marquito e abstenção da Deputada Luciane Carminatti; PL./0299/2024, de autoria do Deputado Lucas Neves, que "Declara integrante do Patrimônio Cultural Imaterial do Estado de Santa Catarina o Queijo Serrano, e altera o Anexo I da Lei nº 17.565, de 2018"; com parecer favorável, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por maioria com voto contrário do Deputado Marquito e abstenção da Deputada Luciane Carminatti; e PL./0351/2024, de autoria do Deputado Lucas Neves, que "Declara integrante do Patrimônio Cultural Imaterial do Estado de Santa Catarina a Goiaba-Serrana (Feijoa), e altera o Anexo I da Lei nº 17.565, de 2018"; com parecer favorável, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por maioria com voto contrário do Deputado Marquito e abstenção da Deputada Luciane Carminatti. Ato contínuo, a Senhora Presidente apresentou relatório do Deputado Camilo Martins, ao PL./0790/2025, de autoria do Deputado Padre Pedro Baldissera, que "Declara de utilidade pública o Instituto de Formação Popular Caeté, de Florianópolis, e altera o Anexo Único da Lei

nº 18.278, de 2021”; exarou parecer favorável, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Na sequência, foi passada a palavra ao Deputado Rodrigo Minotto, que solicitou a retirada de pauta do PL./0080/2025, de autoria do Deputado Marcius Machado, que “Declara a Encenação da Paixão de Cristo no Morro da Cruz, no Município de Lages, integrante do Patrimônio Cultural do Estado de Santa Catarina e altera o Anexo I da Lei nº 17.565, de 2018”, o que foi acatado pelos membros da Comissão. Ato contínuo, o Deputado relatou, de forma conjunta, as seguintes matérias: PL./0302/2024, de autoria do Deputado Lucas Neves, que “Declara integrante do Patrimônio Cultural Imaterial do Estado de Santa Catarina a Carne de Frescal de São Joaquim, e altera o Anexo I da Lei nº 17.565, de 2018”; e PL./0300/2024, de autoria do Deputado Lucas Neves, que “Declara integrante do Patrimônio Cultural Imaterial do Estado de Santa Catarina a Produção e Colheita da Maçã Catarinense, e altera o Anexo I da Lei nº 17.565, de 2018”; exarando parecer favorável às matérias, que, postas em discussão e votação, foram aprovadas por maioria, registrando-se voto contrário do Deputado Marquito e abstenção da Deputada Luciane Carminatti. Na sequência, foi apreciado o PL./0505/2025, de autoria do Deputado Fabiano da Luz, que “Declara de utilidade pública estadual o Centro Cultural, Educacional e Assistencial Ilê Axé Ijoba Odé Erin - Reino de Ossóssi e altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021”; com parecer favorável exarado pelo Deputado Rodrigo Minotto, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Em seguida, a Senhora Presidente apresentou voto favorável ao PL./0928/2025, de autoria do Deputado Rodrigo Minotto, que “Declara de utilidade pública a Associação de Pais e Professores do Centro de Educação Infantil Sonho Mágico de Forquilha e altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021”; que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Por fim, foi apreciado o PL./0206/2022, de autoria da Deputada Ana Campagnolo, que “Estabelece a promoção de ações que visem à valorização de homens e meninos e a prevenção e combate à violência contra os homens”; a relatora, Deputada Luciane Carminatti, apresentou requerimento de diligência à Secretaria de Estado da Educação, ao Conselho Estadual de Educação, à Secretaria de Estado da Assistência Social, Mulher e Família e ao Conselho Estadual dos Direitos da Mulher, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, a Senhora Presidente agradeceu a presença dos Senhores Deputados e demais presentes, e encerrou a reunião, da qual eu, Luciana Garcia Winck, Assessora Técnica-administrativa, lavrei a presente Ata, que, após lida e aprovada pelos membros do colegiado, será assinada pela Senhora Presidente e, posteriormente, publicada no Diário da Assembleia Legislativa.

Sala das Comissões, 19 de março de 2026.

Deputada **Luciane Carminatti**

Presidente da Comissão de Educação e Cultura

Processo SEI 26.0.000033955-4

ATA DA 4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO, REFERENTE À 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 20ª LEGISLATURA

Às treze horas do dia vinte e dois abril de dois mil e vinte seis, em cumprimento aos artigos 133 e 136 do regimento interno, sob a Presidência do senhor Deputado Marcos Vieira, reuniram-se, os Deputados membros da Comissão de Finanças e Tributação: Marcos da Rosa e Sargento Lima. Os Deputados Antídio Lunelli, Jessé Lopes e Mário Motta foram substituídos pelos Deputados Volnei Webber, Maurício Peixer e Napoleão Bernardes. Os Deputados Camilo Martins, Luciane Carminatti e José Milton Scheffer justificaram suas ausências. Havendo quórum regimental, o senhor Presidente iniciou a reunião, submetendo à apreciação a Ata da 3ª reunião extraordinária, que em votação foi aprovada por unanimidade. Em seguida, o presidente passou a relatar o PL./0258/2026, de autoria do Governador do Estado, que altera os arts. 1º e 2º da Lei nº 19.397, de 2025, que concede isenção do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) nas operações internas com mercadorias de consumo popular que compõem a cesta básica de alimentos e estabelece outras providências, seu parecer foi favorável ao projeto, posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente agradeceu a presença dos senhores Deputados e encerrou a presente reunião.

Sala das Comissões, 22 de abril de 2026.

Deputado **Marcos Vieira**

Presidente da Comissão de Finanças e Tributação

Processo SEI 26.0.000036146-0

ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 20ª LEGISLATURA

No dia 20 de maio de 2026, às 11 horas, em cumprimento aos artigos 133 e 136 do Regimento Interno, reuniram-se na Sala de Reunião das Comissões nº 01 e por videoconferência, sob a Presidência da Senhora Deputada Luciane Carminatti e Vice-Presidência do Senhor Deputado Mário Motta, os Senhores Deputados membros da Comissão: Deputado Alex Brasil, Deputado Camilo Martins, Deputado Ivan Naatz e Deputado Marquito. Ausência justificada do Deputado Rodrigo Minotto, conforme Ofício Interno nº 2318992/2026/GAB-DEP-RODRIGO MINOTTO. Havendo quórum regimental, a Senhora Presidente declarou aberta a 4ª Reunião Ordinária, cumprimentando os presentes e submetendo à apreciação as atas da 3ª Reunião Ordinária, da 1ª Reunião Extraordinária e da 1ª Reunião Extraordinária Conjunta da Comissão de Finanças e Tributação e da Comissão de Educação e Cultura, todas da 4ª Sessão Legislativa da 20ª Legislatura, que foram aprovadas por unanimidade. Dando início à Ordem do Dia, a Senhora Presidente submeteu à apreciação os seguintes requerimentos: RCC/0121/2026, de autoria da Deputada Luciane Carminatti, requerendo “a realização de Audiência Pública com o tema ‘O Marco Regulatório do Fomento à Cultura’, com data e horário a serem definidos”; RCC/0122/2026, de autoria da Deputada Luciane Carminatti, requerendo “a realização de Audiência Pública com o tema ‘O Projeto da Cidade do Samba’, com data e horário a serem definidos”; RCC/0123/2026, de autoria da Deputada Luciane Carminatti, requerendo “a realização de Audiência Pública com o tema ‘O Sistema de Reconhecimento Cultural de Santa Catarina’, com data e horário a serem definidos”; RCC/0124/2026, de autoria da Deputada Luciane Carminatti, requerendo “a realização de Audiência Pública com o tema ‘A Proteção e Regulamentação dos Trabalhadores da Cultura’, com data e horário a serem definidos”; e RCC/0125/2026, de autoria da Deputada Luciane Carminatti, requerendo “a realização de doze Seminários Regionais sobre ‘O Plano Nacional de Educação e o Plano Estadual de Educação’, com data e horário a serem definidos”; que, postos em discussão e votação, foram aprovados por unanimidade. Na sequência, foi passada a palavra ao Deputado Alex Brasil, que relatou em bloco as seguintes matérias de declaração de título de utilidade pública: PL./0194/2023, de autoria do Deputado Sérgio Motta, que “Declara de utilidade pública ONG Com Fé Pela Vida com sede no município de Joinville e altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que ‘Consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina’ para fazer constar nele o nome de tal entidade”; PL./0902/2025, de autoria do Deputado Junior Cardoso, que “Declara de utilidade pública o Instituto Educar e Preservar, de Itajaí, e altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que ‘Consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina’”; PL./0197/2026, de autoria do Deputado Junior Cardoso, que “Declara de utilidade pública o Instituto Transformar, de São Francisco do Sul, e altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que ‘Consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina’”; PL./0803/2025, de autoria do Deputado Antídio Lunelli, que “Declara de utilidade pública o Instituto Travessia, do município de Jaraguá do Sul, e altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que ‘Consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina’”; PL./0124/2026, de autoria do Deputado Ivan Naatz, que “Declara de utilidade pública a Associação Capitão Caverna, de Blumenau, e altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que ‘Consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina’”; exarou parecer favorável para todos que, postos em discussão e votação, foram aprovados por unanimidade. Em seguida, foi passada a palavra ao Deputado Mário Motta, que relatou as seguintes matérias: PL./0090/2026, de autoria do Deputado Pepê Collaço, que “Declara de utilidade pública a Associação Coral Poesis, de Antônio Carlos, e altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que ‘Consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina’, para fazer constar nele o nome de tal entidade” e PL./0240/2026, de autoria do Deputado Marcius Machado, que “Declara de utilidade pública a Associação Musical Facsol, de Lages, e altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que ‘Consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina’”; exarou parecer favorável para ambos, que, postos em discussão e votação, foram aprovado por unanimidade. Prosseguindo, o Deputado Mário Motta relatou o PL./0153/2025, de autoria da Deputada Paulinha, que “Dispõe sobre a vedação da realização de cerimônias de formatura do ensino médio em instituições públicas e privadas do Estado de Santa Catarina nas datas coincidentes com a aplicação de vestibulares promovidos por universidades catarinenses”; exarou parecer favorável na forma da emenda substitutiva aprovada na Comissão de Constituição e Justiça, que, posto em discussão

e votação, foi aprovado por unanimidade. Na sequência, o Deputado Mário Motta relatou o PL./0145/2023, de autoria do Deputado Antídio Lunelli, que “Dispõe sobre a permissão das crianças e adolescentes, do ensino fundamental e médio, em todo dia 4 de outubro, de levarem seus animais de estimação para a sala de aula nas escolas da rede pública do Estado de Santa Catarina e dá outras providências”; exarou parecer favorável na forma da emenda substitutiva global aprovada na Comissão de Constituição e Justiça, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade, após manifestações dos Deputados Ivan Naatz, Mário Motta e da Deputada Luciane Carminatti acerca das competências da Comissão de Constituição e Justiça e dos aspectos constitucionais das proposições legislativas. Posteriormente, a Senhora Presidente passou à relatoria das matérias distribuídas ao Deputado Camilo Martins, em razão de dificuldades de manifestação do Parlamentar por videoconferência, relatando as seguintes proposições de utilidade pública em bloco: PL./0390/2025, de autoria do Deputado Maurício Peixer, que “Declara de utilidade pública o Instituto Somos do Bem - ISB, de Joinville, e altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que ‘Consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina’ para fazer constar nele o nome de tal entidade”; PL./0573/2025, de autoria do Deputado Marcos da Rosa, que “Declara de utilidade pública o Instituto Taffarel Lopes, de Florianópolis, e altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que ‘Consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina’”; PL./0807/2025, de autoria da Deputada Luciane Carminatti, que “Declara de utilidade pública estadual o Leo Clube Xanxerê”; PL./0845/2025, de autoria do Deputado Junior Cardoso, que “Declara de utilidade pública a Associação Cultural e Educacional Novo Destino - ACEND, de Joinville, e altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que ‘Consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina’”; exarou parecer favorável para todos, que, postos em discussão e votação, foram aprovados por unanimidade. Na sequência, a Senhora Presidente relatou o PL./0525/2024, de autoria do Deputado Napoleão Bernardes, que “Institui a Rota Turística Cultural Religiosa das festividades ao Divino Espírito Santo, no Estado de Santa Catarina”; exarou parecer favorável, na forma da emenda modificativa aprovada na Comissão de Finanças e Tributação, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Ato contínuo, a Senhora Presidente relatou o PL./0749/2025, de autoria do Deputado Sérgio Motta, que “Institui o Dia Estadual da Valorização da Cultura Norte e Nordeste e altera o Anexo Único da Lei nº 18.531, de 2022, que consolida as leis que instituem datas e eventos alusivos no âmbito do Estado de Santa Catarina e estabelece o Calendário Oficial do Estado para incluir referida data alusiva no Calendário Oficial do Estado de Santa Catarina”; exarou parecer favorável, na forma da emenda substitutiva aprovada na Comissão de Constituição e Justiça, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Em seguida, foi passada a palavra ao Deputado Ivan Naatz, que relatou as seguintes matérias: PL./0271/2026, de autoria do Deputado Jessé Lopes, que “Declara de utilidade pública o Centro Educacional Pequeno Milagre, de Criciúma, e altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que ‘Consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina’ para fazer constar nele o nome de tal entidade”; PL./0062/2026, de autoria do Deputado Marcos da Rosa, que “Declara de utilidade pública a Associação Cultural de Maestros do Estado de Santa Catarina - AMMESC, de Itajaí, e altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que ‘Consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina’”; PL./0900/2025, de autoria da Deputada Paulinha, que “Declara de utilidade pública a Associação Rede ao Mar, de São Francisco do Sul, e altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que ‘Consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina’ para fazer constar nele o nome de tal entidade”; exarou parecer favorável para todos, que, postos em discussão e votação, foram aprovados por unanimidade. Posteriormente, o Deputado Ivan Naatz relatou o PL./0276/2025, de autoria do Deputado Thiago Morastoni, que “Institui a Semana da Cidadania Digital nas escolas da rede pública estadual e altera o Anexo Único da Lei nº 18.531, de 2022, que consolida as leis que instituem datas e eventos alusivos no âmbito do Estado de Santa Catarina e estabelece o Calendário Oficial do Estado para incluir referida data alusiva no Calendário Oficial do Estado de Santa Catarina”; exarou parecer favorável, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Com a palavra, o Deputado Ivan Naatz devolveu vista sem manifestação ao PL./0240/2023, de autoria do Deputado Fabiano da Luz, que “Declara integrante do patrimônio cultural imaterial do Estado de Santa Catarina a Feira Afroartesanal”; após manifestação do Parlamentar no sentido de que não encontrou óbice à regular tramitação da matéria, acompanhando o voto anteriormente proferido pelo Deputado Mário Motta, a Senhora Presidente acolheu a devolução de vista sem manifestação e informou que a matéria será incluída em pauta

de reunião subsequente. Na sequência, em razão da ausência justificada do Deputado Rodrigo Minotto, a Senhora Presidente procedeu à leitura das matérias sob sua relatoria: PL./0779/2025, de autoria do Deputado Marquito, que “Institui o Dia Estadual da Parteira Tradicional e altera o Anexo Único da Lei nº 18.531, de 2022, que consolida as leis que instituem datas e eventos alusivos no âmbito do Estado de Santa Catarina e estabelece o Calendário Oficial do Estado para incluir referida data alusiva no Calendário Oficial do Estado de Santa Catarina”; exarou parecer favorável, na forma da emenda apresentada na Comissão de Constituição e Justiça, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Em seguida, a Senhora Presidente relatou as seguintes matérias: PL./0885/2025, de autoria do Deputado Altair Silva, que “Declara de utilidade pública o Centro de Tradições Gaúchas Sangue de Farrapos e altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que ‘Consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina’”; PL./0051/2026, de autoria do Deputado Pepê Collaço, que “Declara de utilidade pública o Instituto Rota Sul de Ciência e Tecnologia, de Tubarão, e altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que ‘Consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina’ para fazer constar nele o nome de tal entidade”; exarou parecer favorável para todos, que, postos em discussão e votação, foram aprovados por unanimidade. Posteriormente, a Senhora Presidente relatou o PL./0923/2025, de autoria do Deputado Julio Garcia, que “Reconhece o Município de Bom Jesus como Capital Catarinense da Feijoada”; exarou parecer favorável, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Ato contínuo, foi incluído extrapauta o PL./0310/2024, de autoria do Deputado José Milton Scheffer, que “Inclui a obrigatoriedade do mel nos cardápios da alimentação escolar no âmbito das unidades da rede estadual de ensino”; exarou parecer favorável, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Na oportunidade, a Senhora Presidente informou a retirada de pauta do PL./0633/2025, de autoria do Deputado Adilson Girardi, que “Institui o Dia Estadual do Flashback e altera o Anexo Único da Lei nº 18.531, de 2022, que consolida as leis que instituem datas e eventos alusivos no âmbito do Estado de Santa Catarina e estabelece o Calendário Oficial do Estado para incluir referida data alusiva no Calendário Oficial do Estado de Santa Catarina”, conforme solicitação do autor. Dando continuidade, a Senhora Presidente passou à apreciação das matérias sob relatoria do Deputado Marquito: PL./0547/2025, de autoria do Deputado Jair Miotto, que “Reconhece as expressões artísticas cristãs e os reflexos e as influências do cristianismo, além de seus aspectos religiosos, como manifestação cultural estadual”; exarou parecer favorável, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. PL./0054/2025, de autoria do Deputado Fabiano da Luz, que “Institui a Semana Estadual de Homenagem às Religiões de Matriz Africana e altera o Anexo Único da Lei nº 18.531, de 2022, que consolida as leis que instituem datas e eventos alusivos no âmbito do Estado de Santa Catarina e estabelece o Calendário Oficial do Estado para incluir referida data alusiva no Calendário Oficial do Estado de Santa Catarina”; exarou parecer favorável, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Em seguida, foi apreciado o PL./0116/2025, de autoria do Deputado Tiago Zilli, que “Declara a Arrancada de Tratores, do Município de Turvo, integrante do patrimônio cultural do Estado de Santa Catarina e altera o Anexo I da Lei nº 17.565, de 2018, que ‘Consolida as leis que dispõem sobre o patrimônio cultural do Estado de Santa Catarina’”; o Deputado Marquito exarou parecer contrário à matéria, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Posteriormente, foi apreciado o PL./0075/2026, de autoria do Deputado Marcius Machado, que “Altera a Lei nº 18.531/2022, que consolida as leis que instituem datas e eventos alusivos no âmbito do Estado de Santa Catarina e estabelece o Calendário Oficial do Estado, para instituir o dia 4 de julho como Dia Estadual do Heavy Metal”; exarou parecer favorável, que, posto em discussão e votação, foi aprovado por maioria, com abstenção dos Deputados Ivan Naatz e Camilo Martins. Ao final, a Senhora Presidente registrou manifestação acerca da necessidade de encaminhamento das matérias relacionadas ao patrimônio cultural à Fundação Catarinense de Cultura para emissão de parecer técnico, esclarecendo que tal procedimento constitui requisito adequado para apreciação legislativa das proposições. Nada mais havendo a tratar, a Senhora Presidente agradeceu a presença dos Senhores Deputados e demais presentes, e encerrou a reunião, da qual eu, Luciana Garcia Winck. Gerente de Comissão Permanente, lavrei a presente Ata, que, após lida e aprovada pelos membros do colegiado, será assinada pela Senhora Presidente e, posteriormente, publicada no Diário da Assembleia Legislativa. Sala das Comissões, 20 de maio de 2026.

Deputada Luciane Carminatti
Presidente da Comissão de Educação e Cultura

Processo SEI 26.0.000036143-6

* * *

ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA, DA 20ª LEGISLATURA

No dia 27 de maio de 2026, às 09 horas, em cumprimento aos art.133 §1º e art.136 do Regimento Interno desta Assembleia, e da Resolução 001/2025, que instituiu o Programa ALESC Itinerante, reuniram-se no Plenário da Sessão Itinerante no Centro Multiuso do município de Araranguá, sob a presidência do Senhor Deputado Tiago Zilli, e os demais membros, o Deputado Rodrigo Minotto, o Deputado Matheus Cadorin, o Deputado Rodrigo Fachini e o Deputado Sargento Lima. Ausência justificada do Deputado Ivan Naatz, por meio do Ofício Interno nº 2333700/2026/GAB-DEP-IVAN NAATZ. O Senhor Presidente abriu a 4ª Reunião Ordinária da Comissão de Assuntos Municipais, cumprimentando os presentes e, inicialmente, submeteu à apreciação as Atas da 2ª e 3ª Reuniões Ordinárias da 4ª sessão legislativa da 20ª legislatura, que foram aprovadas por unanimidade. Na sequência, o Senhor Presidente passou à Ordem do Dia, submetendo a discussão e votação o seguinte requerimento: RCC/0105/2026, de autoria do Deputado Mário Motta que requer a realização de Audiência Pública para discutir e encaminhar soluções aos problemas estruturais de mobilidade urbana e segurança viária no bairro Itacorubi, em Florianópolis-SC, com foco especial na Rua Pastor Willian Richard Shisler Filho e na Rodovia SC-404, posto em discussão e votação, o requerimento foi aprovado por unanimidade. Ato contínuo, o Senhor Presidente passou a palavra aos Deputado Matheus Cadorin para relatar os o PL./0282/2023, autoria do Deputado Marcius Machado que altera a Lei nº 12.854, de 2003, que "Institui o Código Estadual de Proteção aos Animais", para o fim de vedar o descarte inadequado de lixo nos mares de domínio do Estado de Santa Catarina, bem como prevê a destinação da arrecadação das multas para a implementação de programas de conscientização ambiental e o PL./0495/2023, de autoria do Deputado Rodrigo Minotto, que Cria o Museu Barão de Antonina, no Município de Mafra, e estabelece outras providências, o relator exarou pareceres favoráveis aos PLs, que, postos em discussão e votação, foram aprovados por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a presente reunião, da qual eu, Juscelino José Reis, Assessor de Comissão Permanente, lavrei esta Ata, que, após lida e aprovada pelos membros do colegiado, será assinada pelo Senhor Presidente e, posteriormente, publicada no Diário da Assembleia Legislativa.

Plenário, 27 de maio de 2026.

Deputado **Tiago Zilli**

Presidente da Comissão de Assuntos Municipais

Processo SEI 26.0.000031295-8

REUNIÃO CONJUNTA DE COMISSÕES**ATA DA 1ª REUNIÃO CONJUNTA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 20ª LEGISLATURA**

Aos vinte dias do mês de maio de dois mil e vinte e seis, as treze horas, em cumprimento ao artigo 135, §2º, do Regimento Interno, reuniram-se no Plenário Deputado Osni Régis na Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, sob a Presidência do Senhor Presidente Pepê Collaço, abrindo os trabalhos da Reunião Conjunta da Comissão de Constituição e Justiça e Comissão de Finanças e Tributação, referente à 4ª Sessão Legislativa da 20ª Legislatura. Pela Comissão de Constituição e Justiça, o Presidente da Comissão Deputado Pepê Collaço e os membros: Deputado Fabiano da Luz; Deputado Napoleão Bernardes; Deputado Rodrigo Minotto; Deputado Volnei Weber; e Deputado Ivan Naatz, em substituição ao Deputado Maurício Peixer, conforme ofício nº 2318075/2026. Ausências justificadas: Deputado Alex Brasil, conforme ofício nº 2317842/2026; Deputado Matheus Cadorin, conforme ofício nº 2316770/2026; e Deputado Mauro de Nadal, conforme ofício nº 2318461/2026. Pela Comissão de Finanças e Tributação, o Presidente da Comissão Deputado Marcos Vieira e os membros: Deputado José Milton Scheffer; Deputada Luciane Carminatti; Deputado Marcos da Rosa; Deputado Mário Motta; Deputado Sargento Lima; Deputado Volnei Weber, em substituição ao Deputado Antídio Lunelli, conforme ofício nº 2318318/2026; e Deputado Ivan Naatz, em substituição ao Deputado Jessé Lopes, conforme ofício nº 061/2026. Ausência justificada do Deputado Camilo Martins, conforme ofício nº 2318346/2026. Havendo quórum regimental, o Senhor Presidente da Comissão de Constituição e Justiça apresentou os relatórios e votos conjuntos referente às seguintes matérias: PEC/0002/2026, de autoria do Governo do Estado, que "Altera os arts. 120 e 120-C da Constituição do Estado e estabelece outras providências". Os Relatores da Comissão de Constituição e Justiça Deputado Pepê Collaço, e da Comissão de Finanças e Tributação Deputado Marcos Vieira, apresentaram parecer favorável. Posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade no âmbito das duas Comissões. PLC/0014/2026, de autoria do Governo do Estado,

que “Regulamenta a execução das emendas parlamentares impositivas no Estado”. Os Relatores da Comissão de Constituição e Justiça Deputado Pepê Collaço, e da Comissão de Finanças e Tributação Deputado Marcos Vieira, apresentaram parecer favorável. Posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade no âmbito das duas Comissões. Nada mais havendo a tratar, os presidentes das Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças e Tributação, agradeceram a presença dos Deputados membros e demais presentes, e encerraram a reunião. E para constar, eu, Valdemar Machado Neto, Coordenador das Comissões, lavrei a presente ata que, após lida e aprovada, será assinada pelos senhores Presidentes e, posteriormente será publicada no Diário da Assembleia Legislativa.

Florianópolis, 20 de maio de 2026.

Deputado **Pepê Collaço**

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

Deputado **Marcos Vieira**

Presidente da Comissão de Finanças e Tributação

Processo SEI 26.0.000032770-0

CADERNO ADMINISTRATIVO

GESTÃO DE PESSOAL, NORMATIVA, FISCAL E DE MATERIAIS

PORTARIAS

PORTARIA N° 1582, de 3 de julho de 2026

O DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe foram delegadas por meio da Portaria n° 071, de 5 de fevereiro de 2016, com fulcro no parágrafo único do art. 18 da Resolução n° 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar n° 642, de 22 de janeiro de 2015,

RESOLVE: *nos termos do art. 15, § 5°, da Resolução 002/2006, convalidada pela Lei Complementar n° 642, de 22 de janeiro de 2015;*

NOMEAR VANDIR LUIZ SCHUH, para exercer o cargo de provimento em comissão de Chefe de Gabinete Parlamentar, código PL/GAP, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data da Posse. (GAB DEP ALTAIR SILVA - MONDAI).

Oberdan Francisco Ferrari

Diretor de Gestão de Pessoas

Republicada por incorreção.

Processo SEI 26.0.000035826-5

PORTARIA N° 1593, de 6 de julho de 2026

O DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe foram delegadas por meio da Portaria n° 071, de 5 de fevereiro de 2016, com fulcro no parágrafo único do art. 18 da Resolução n° 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar n° 642, de 22 de janeiro de 2015,

RESOLVE: *nos termos dos arts. 9° e 11 da Lei n° 6.745, de 28 de dezembro de 1985,*

ALTERAR NÍVEL DE RETRIBUIÇÃO SALARIAL do cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar dos servidores abaixo relacionados, código PL/GAB, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 3 de julho de 2026 (GAB DEP MARQUITO):

Matrícula	Servidor	Nível Atual	Nível Novo
11903	Edina da Rosa Antunes	PL/GAB-77	PL/GAB-73
14147	Flora Neves	PL/GAB-73	PL/GAB-71

Oberdan Francisco Ferrari

Diretor de Gestão de Pessoas

Processo SEI 26.0.000036188-6

PORTARIA N° 1594, de 6 de julho de 2026

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução n° 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar n° 642, de 22 de janeiro de 2015,

RESOLVE: com fundamento no art. 62, I, e art. 63, caput, da Lei n° 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

CONCEDER LICENÇA para tratamento de saúde ao servidor abaixo relacionado:

Matrícula	Nome do Servidor	Qde dias	Início em	Processo n°
12465	GREGORY SANTOS DE OLIVEIRA	7	15/06/2026	SEA 00012701/2026

Leonardo Lorenzetti

Diretor-Geral

Processo SEI 25.0.000016208-9

PORTARIA N° 1595, de 6 de julho de 2026

O DIRETOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução n° 001, de 11 de janeiro de 2006, convalidada pela Lei Complementar n° 642, de 22 de janeiro de 2015,

RESOLVE: com fundamento no art. 62, I, e art. 63, caput, da Lei n° 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

CONCEDER LICENÇA para tratamento de saúde ao servidor abaixo relacionado:

Matrícula	Nome do Servidor	Qde dias	Início em	Processo n°
13799	JOSE PAULO FERRAREZI	9	26/05/2026	SEA 00011279/2026

Leonardo Lorenzetti

Diretor-Geral

Processo SEI 26.0.000027700-1

EDITAIS, LICITAÇÕES, CONVÊNIOS E CONTRATOS**AVISO DE LICITAÇÃO****AVISO DE ALTERAÇÃO****DO PREGÃO ELETRÔNICO N° 90014/2026**

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina - Alesc, com sede na rua Dr. Jorge Luz Fontes, n° 310, Centro, Florianópolis/SC, CEP 88020-900, comunica aos interessados que o edital do Pregão Eletrônico n° 90014/2026 foi alterado, e está sendo republicado conforme detalhado abaixo:

PREGÃO ELETRÔNICO N° 90014/2026

N° DA UASG NO SISTEMA COMPRAS.GOV.BR: 929488.

OBJETO: Aquisição e instalação de sistema de climatização de precisão para Data Center, especificamente desenvolvido para assegurar condições ideais de temperatura, umidade relativa, redundância operacional e eficiência energética para equipamentos críticos de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), conforme detalhado em projeto, e em conformidade com as especificações constantes neste Edital e em seus Anexos.

DATA: 22/07/2026 - HORA: 14h.

ENVIO DAS PROPOSTAS: As propostas deverão ser cadastradas no sistema Compras.gov.br até a data e horário da abertura da sessão.

O Edital poderá ser acessado no site eletrônico www2.ale.sc.gov.br/licitacoes.

Código de registro TCE: 5B9C3DE41C92F3AFE7F5DD02BC830A09FA05709F.

Florianópolis/SC, assinado e datado eletronicamente.

Carlos Alberto Leal

Coordenador de Licitações e Contratos



Processo SEI 25.0.000040841-0

EXTRATO**EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 008/2026**

CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (Alesc).

CONTRATADA: ONDREPSB - Limpeza e Serviços Especiais Ltda.

CNPJ/CPF: 83.953.331/0001-73.

OBJETO: O termo aditivo tem por objeto a alteração quantitativa do objeto do Contrato nº 008/2026, mediante a supressão de 4 (quatro) postos de Intérprete de Libras e o acréscimo de 19 (dezenove) postos de Apoio Administrativo (2), 7 (sete) postos de Organizador de Evento, 5 (cinco) postos de Motorista e 50 (cinquenta) diárias.

VALOR MENSAL ESTIMADO: R\$5.506.117,52 (cinco milhões, quinhentos e seis mil cento e dezessete reais e cinquenta e dois centavos).

VALOR ANUAL ESTIMADO: R\$66.073.410,24 (sessenta e seis milhões, setenta e três mil quatrocentos e dez reais e vinte e quatro centavos).

VIGÊNCIA: O presente termo entra em vigor na data de sua assinatura.

DATA DA ASSINATURA: 02/07/2026.

SIGNATÁRIOS: Leonardo Lorenzetti, Diretor-Geral; Vitor Luiz Soares Bartelega, Diretor Administrativo; e Luiz Ermes Bordin, Sócio-Administrador.



Processo SEI 26.0.000033379-3

— * * * —



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Diário da ALESC
Inovador
Moderno
Tudo para facilitar seu acesso

www.alesc.sc.gov.br/diario-da-assembleia